

13. Brasão de Armas de nobreza da família Falcão

Francisco Ildefonso da Silva Campos⁶⁶

João Ernesto Paes de Barros⁶⁷

Jessika Matos Paes de Barros⁶⁸

RESUMO: A genealogia da família Falcão registra como uma das primeiras famílias pioneiras que aportaram em Mato Grosso na época do descobrimento das minas de Cuiabá. O presente artigo descreve a concessão do Brasão de Armas de Nobreza a José Paes Falcão das Neves e seu irmão Salvador Paes Falcão pelo governo de Portugal, pelos serviços militares prestados na defesa da fronteira oeste da Colônia Portuguesa (oeste de Mato Grosso) no período colonial do Brasil.

Palavras-chaves: Mato Grosso; Família Falcão; Nobreza.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
1 de maio de 2024	5 de setembro de 2024

COAT OF ARMS OF NOBILITY OF THE FALCAO FAMILY

ABSTRACT: The Falcão family's genealogy records them as one of the first pioneering families to arrive in Mato Grosso at the time of the discovery of the Cuiabá mines. This article describes the granting of the Coat of Arms of Nobility to José Paes Falcão das Neves and his brother Salvador Paes Falcão by the Portuguese government for their military services in defending the western border of the Portuguese colony (western Mato Grosso) during Brazil's colonial period.

Keywords: Mato Grosso; Falcão Family; Nobreza.

66 Graduado em Engenharia Agrônômica pela Escola Superior de Agricultura de Lavras-MG é mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso, em Agricultura Tropical e historiador e membro da Acadepan (Academia Litero Cultural Pantaneira) e do IHGMT (Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso).

67 Graduado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso; professor universitário; advogado em Portugal e Brasil; Membro do Colégio de Genealogistas Brasileiros e membro do IHGMT.

68 Graduada em Direito pela Universidade de Cuiabá; em Pedagogia pela Universidade de Cuiabá; mestre em Educação pela Universidade Oeste Paulista (Unoeste-Brasil); doutora em Educação no Instituto de Educação e Psicologia da Universidade de Lisboa; professora e advogada.

Introdução

O presente trabalho surgiu da surpresa dos autores que, ao pesquisar na Torre do Tombo a genealogia dos Paes de Barros de Mato Grosso, descobriram que dois netos de Fernando Dias Paes Falcão e Lucrecia Pedroso de Barros, requereram o reconhecimento de sua nobreza e com ela, o brasão de armas.

O pedido tramitou em Lisboa, sendo reconhecida a nobreza por quatro costados e concedida a Carta de Brasão de Armas de Nobreza dos petionários.

Outra curiosidade que instigou a pesquisa foi saber sobre a função desse documento. Para que os Irmãos José Paes Falcão das Neves e Salvador Paes Falcão requereram essa carta e que benefício traria?

Outro aspecto relevante é saber quem eram José e Salvador e quem eram seus pais e avós?

Estes foram os pontos de partida da pesquisa, partilhada nesta oportunidade aos interessados em heráldica e na história política e administrativa de Mato Grosso.

Apresentação

Antes de transcrever a Carta de Brasão de Armas e de Nobreza, é importante resgatar o conceito que esse símbolo e documento representava, qual era sua importância na hierarquia e relações sociais, quais direitos ele conferia, e, se for possível, descobrir o porquê do seu requerimento.

Essa reflexão é necessária porque se trata de um documento oficial do Reino de Portugal que poderá dar pistas para entender a estruturação das relações sociais e a composição social na relação de poder nas vilas, cidades e províncias do Brasil Colônia. É uma contribuição para a história regional, trazendo a transcrição da carta de armas de um dos protagonistas da história de Mato Grosso do século XVIII, que muito contribuiu para a economia, a política e a consolidação geográfica do atual Estado. A análise documental foi a metodologia aplicada no estudo da Carta de Brasão de Armas de Nobreza de José Paes Falcão das Neves.

Surgimento dos nomes de Família

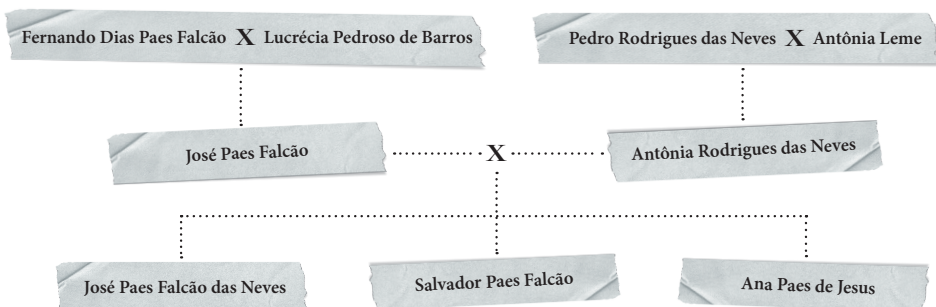
Conforme Miguel Metelo, a ciência ainda não se debruçou no estudo da heráldica medieval portuguesa quanto ao levantamento de fontes, quer à sua problematização ou à construção de visões integradas e genéricas do fenómeno. O autor afirma que entre os séculos XIII e XIV, construiu-se a ligação entre determinado símbolo e o respectivo nome de família, ambos entendidos como forma de representação das linhagens, sendo este período conhecido como fase de afirmação.

Assim, a legislação portuguesa consagrou uma tradição que perpetuava desde o século XV, e que contrapunha à tradição francesa e espanhola, a esposa assumia o nome do esposo e nos filhos apunha-se primeiro o apelido da mãe e por último do pai, podendo-se ainda colocar o apelido de qualquer dos quatro avós da criança, razão pela qual, muitos cristãos-novos, aproveitavam-se desta tradição para ocultar sua origem.

Na construção da identidade das linhagens familiares, é claro que as famílias ou indivíduos que aproximavam do poder público aproveitavam dessa oportunidade para valorizar o seu apelido e transmitir aos seus descendentes, aos moldes das dinastias. Assim, a concentração do prestígio acumulado em sucessivas gerações associadas ao apelido, passou a ser um instrumento de poder.

Os irmãos José Paes Falcão das Neves e Salvador Paes Falcão eram neto de Fernando Dias Paes Falcão, bandeirante paulista e um dos pioneiros na fundação do Arrayal do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e ambos eram filhos de José Paes Falcão, sorocabanos.

Figura 1 – Ascendência de José Paes Falcão das Neves e Salvador Paes Falcão



José Paes Falcão, pai dos requerentes da carta de brasão, era o proprietário do engenho e Lavras dos Cocaes, tronco de ilustres famílias mato-grossenses, que em dois momentos contribuíram decisivamente para a divisa do território brasileiro: na primeira, em 1763, levando às suas expensas, 30 homens armados para defesa do território contra os espanhóis na fronteira e, na segunda, em 1766, contra os mesmos invasores.

Retornando aos irmãos José e Salvador, peticionários da carta de Brasão, Silva Leme diz que José Paes das Neves, foi Sargento-Mor das Ordenanças das Minas de Cuiabá, sob o pedido de seu pai que buscou reconhecimento do ato voluntário dele com homens armados, para auxílio da defesa na Praça da Conceição, Mato Grosso. Na região entre os atuais municípios de Nossa Senhora do Livramento e Poconé, a quantidade de sesmarias que amealharam é impressionante, e pouco comum para o período colonial.

Já em 1766, José já ocupava o posto de Sargento de Ordenanças, e em 1778, o cargo de Terceiro Vereador. Foi o Guarda-Mor das terras e águas minerais do distrito de Cocaes, e em 1790, retornou à vereança; ocupou o cargo de Juiz de Fora, em substituição ao juiz Diogo de Toledo Lara Ordonhez, seu primo; ocupou, ainda a função de ouvidor interino da Comarca.

Nos *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá* está registrado que José Paes Falcão das Neves juntamente com seu cunhado, o paulista Tenente de Granadeiroz Domingos Leite de Barros, casado com a Anna Paes de Jesus, nos idos de 1771, comandavam uma das companhias auxiliares que marcharam pelas margens dos rios para rechaçar a invasão espanhola que ocorria no sul de Mato Grosso. Participaram ativamente nessa campanha na defesa da Colônia tendo gastado do patrimônio da família mais de mil oitavas de ouro (3,58kg de ouro ou um milhão e vinte e dois mil reais, cotação atual) constituindo um pelotão seu, fardando, armando e provendo todo o necessário para os seus soldados.

Em 1794, José e Salvador fizeram a petição de justificação de nobreza e carta de Brasão, que foi documentada e encaminhada para Lisboa, sendo por sentença deferido o pedido em 18/02/1795. No mesmo ano, por ordem do governador, ocupou o cargo que pertencia a seu sogro, Antônio José Pinto de Figueiredo. Assim, José Paes Falcão das Neves estava presente tanto nas atividades econômicas, como senhor de engenho e minerador, na vida militar, quanto nas atividades da administração pública, com um extenso currículo de serviços prestados ao rei em diferentes partes da capitania de Mato Grosso.

Após a morte de seu sogro, foi elevado ao posto de Mestre de Campo. Mesmo em idade avançada, em 1801, mais uma vez na possível ameaça de um ataque espanhol, o mestre de campo José Paes Falcão das Neves esteve presente na defesa da fronteira vindo a falecer em Cuiabá, no ano de 1805.

Do casal Fernão Paes Falcão e Lucrécia Pedroso de Barros surgiram as grandes e poderosas famílias que dominaram o cenário político, econômico e administração pública, formando uma rede familiar que por vezes geravam estabilidade, negócios e poder.

Dentre as famílias que derivam destes pode-se citar: Falcão das Neves; Falcão Figueiredo; Proença; Paes de Barros; Dias Paes; Almeida Falcão.

Estrutura e significado do Brasão de Armas e do título de nobreza

A heráldica simboliza um período da história de Portugal em que o conjunto das armas concedidas pelo monarca, desde o Antigo Regime até à monarquia constitucional, representava a estrutura política e sua hierarquia de comando no exercício do poder.

No período da constituição e de difusão deste símbolo (séculos XII e XIV), a heráldica organizava-se em um sistema emblemático da sociedade medieval, que remetia aos campos de batalha em que os cavaleiros realizavam as façanhas e conquistas associadas à coroa e em seu nome, na maior parte das vezes atuavam.

A ideia da honradez, bravura e lealdade ao monarca, era a base, por um olhar, da organização do poder. Por outro, de uma sociedade em que o analfabetismo gozava de predomínio quase absoluto. A heráldica estava ligada como forma de representação de determinadas condições sociais e políticas para o exercício do poder, recebendo como nobre fidalgo, benefícios que mais adiante se elencará.

A fidalguia, é uma categoria social e jurídica própria, instituída no reinado de D. Afonso II, criada para distinguir os cavaleiros e escudeiros de antiga nobreza. Mais tarde, D. Afonso V, estratifica em categorias formais os fidalgos, inscrevendo-os nos livros reais em categorias e cada uma com determinada importância. Assim, sem maiores detalhes, elenca-se sucessivamente em grau de importância e hierarquia:

FIDALGOS DE PRIMEIRA ORDEM	FIDALGOS DE SEGUNDA ORDEM
1.º Grau: Fidalgo Cavaleiro,	1.º Grau: Cavaleiro Fidalgo,
2.º Grau: Fidalgo Escudeiro,	2.º Grau: Escudeiro Fidalgo,
3.º Grau: Moço Fidalgo,	3.º Grau: Moço da Câmara.
4.º Grau: Fidalgo Capelão, para os eclesiásticos.	

Desta forma cada fidalgo devidamente registrado, com seu brasão de armas e seu título de nobreza, recebia do Rei a Carta de Brasão.

No caso de José Paes Falcão, o pedido foi feito tendo em vista a sua ascendência, valendo-se do conceito da época da concessão por graça régia.

Esta, manifestava-se para exprimir a vontade do soberano repor a justiça, ou seja, restabelecer um direito ou status que, por qualquer razão se havia alterado ou degradado. Desta forma, pela graça régia, favorecia-se o peticionário que comprovasse no processo de justificação de nobreza, sua ascendência nobre, restaurando sua condição intrínseca. Pela modalidade utilizada por Paes Falcão, ocorreu o que se identifica como transmigração das armas das antigas famílias nobres para os descendentes que se apresentavam em ascensão social.

Por esta razão, após Paes Falcão comprovar sua ascendência nobre por quatro costados de famílias, lhe foi concedido um brasão esquartelado com a seguinte redação na Carta de Brasão:

Um Escudo esquartelado. No primeiro quadrante de **Arma dos Paes** que são em campo azul, nove lisonjas veiradas e contra veiradas de ouro Vermelho. No segundo quartel **as de Falcão** que são em campo azul três bordões como os de Sant’Tiago de Prata com os nós de Vermelho, e os ferros de ouro posto em pala. No terceiro quarteladas **dos Laras** que são em campo vermelho, duas caldeiras xadreadas de ouro e negro, com oito cabeças de serpentes em cada uma posta em palas. No quarto quartel os **dos Barros**, que são em campo vermelho três barras de prata, postas em bandas e nos intervalos do Campo nove estrelas de ouro de seis pontas, uma no primeiro de cima, três no segundo, outras três no terceiro, e duas no fundo.

Entendendo o Brasão de Armas concedido a Paes Falcão

Pela regra da heráldica, um brasão de armas é composto por elementos principais e acessórios que representam a importância e status do nobre.

Dentre os elementos principais do brasão estão:

- Escudo que é o símbolo da família;
- Coroa ou elmo, conforme a hierarquia ou posição do nobre;
- Timbre é a peça que fica acima do elmo ou coroa, que serve para distinguir um cavaleiro e marcar graus de nobreza;
- Paquife são os adereços laterais mantos, folhas, capas, plumagens etc.;
- Virol é um adereço representada por corda, tecido entrelaçado que separa o Elmo da Coroa ou ainda do timbre;

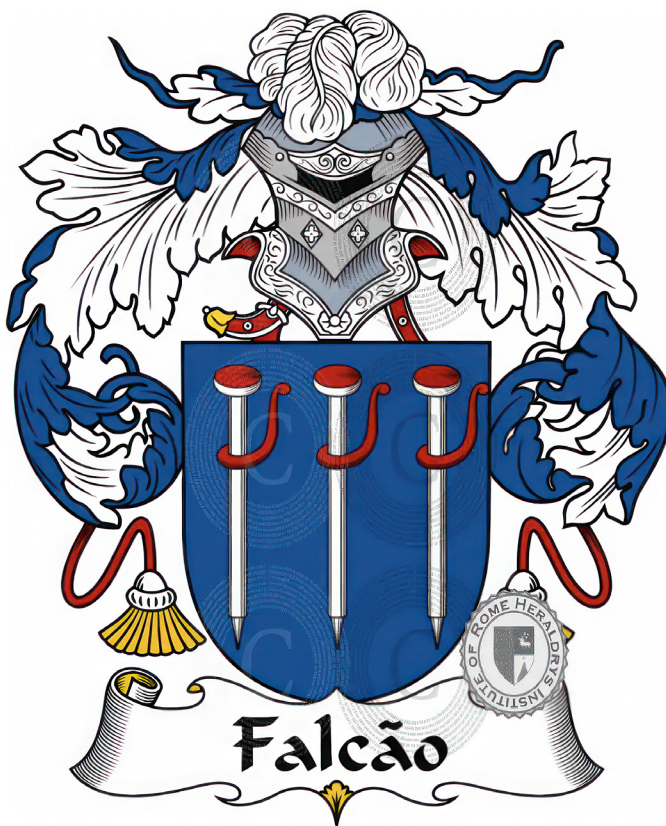
O Brasão de Armas concedido a Paes Falcão configurado seguindo a ordem descrita no processo de solicitação da justificação de nobreza articulava quatro famílias nobres. Dessa composição gerou o brasão esquartelado compondo as quatro famílias, a saber: Brasão da família Paes; Brasão da família Falcão; Brasão da família Lara e Brasão da família Barros.

Este Brasão poderá ser usado nos “anéis, sinetes e divisas, palas em suas casas, capelas, e mais edifícios, e deixá-las em suas próprias sepulturas e finalmente, poderá servir, tomar, gozar, aproveitar delas em todo apostolado, como a sua nobreza convém”.

Na carta, ainda traz os benefícios dessa concessão, a saber “a ele todas as honras, privilégios, liberdades, graças mercês, isenções e franqueras que hão, e devem haver, aos Fidalgos e nobres de antiga linhagem”.

Essas prerrogativas da nobreza estavam mencionadas no livro dos Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal, publicado em 1806. Todas as prerrogativas de Paes Falcão comunicavam para sua esposa, no mesmo título, dignidade e qualidade dele, portanto fidalgo e fidalga.

Brasão da Família Falcão



Referências

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *Tesouro de Nobreza*. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4162408>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BOBONE, Carlos. *Os Apelidos Portugueses*. Um panorama histórico. Portugal:Ed. Dom Quixote, 2017, p. 39.

BRASÃO DA FAMÍLIA FALCÃO. Disponível em: <<https://www.heraldrysintitute.com>>. Acesso em: 26 mai. 2024.

COLECÇÃO OFICIAL DE LEGISLAÇÃO PORTUGUESA. Lisboa: Imprensa nacional, 1929.

COSTA, Darc. *Fundamentos para o estudo da estratégia nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 388.

GOMES, Rita Costa, “A curialização da nobreza”, in CURTO, Diogo Ramada (dir.), *O tempo de Vasco da Gama*, s.l.: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Difel, 1998, p. 179-188, p. 180.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*. Etnografia. Vol. 12, Portugal, 2008, p. 45-58.

O ARMORIAL AUTÁRQUICO DE INÁCIO DE VILHENA BARBOSA. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2011, p. 223 e 224.

OLIVEIRA, Luís da Silva Pereira, Privilegios da Nobreza, e Fidalguia de Portugal, Lisboa, 1806. 45 SÃO PAYO, Marquês. *Cartas de Brasão de Armas* (Um ensaio de diplomática), Armas e Troféus, II série, Tomo I, n.º 3, Maio-Ago, 1960.

SEIXAS, Miguel Metelo de. Reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza de Portugal. *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime* | Lisboa, 18 a 21 de maio de 2011.

SEIXAS, Miguel Metelo de. *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*. Lisboa: Universidade Lusíadas Editora, 2011.

SILVA, Vanda da. *Engenhos: produção e abastecimento no Termo do Cuiabá (1751-1834)*.

SOBRENOME FALCÃO. Disponível em: <<https://www.heraldrysintitute.com/lang/pt/cognomi/idc/601834>>. Acesso em 26 mai. 2024.